

'Lista aumentaria com investigações'

Roberto Magalhães admite que relação de cassados seria maior se CPI tivesse mais tempo

ELZA PIRES
e PAMELA NUNES

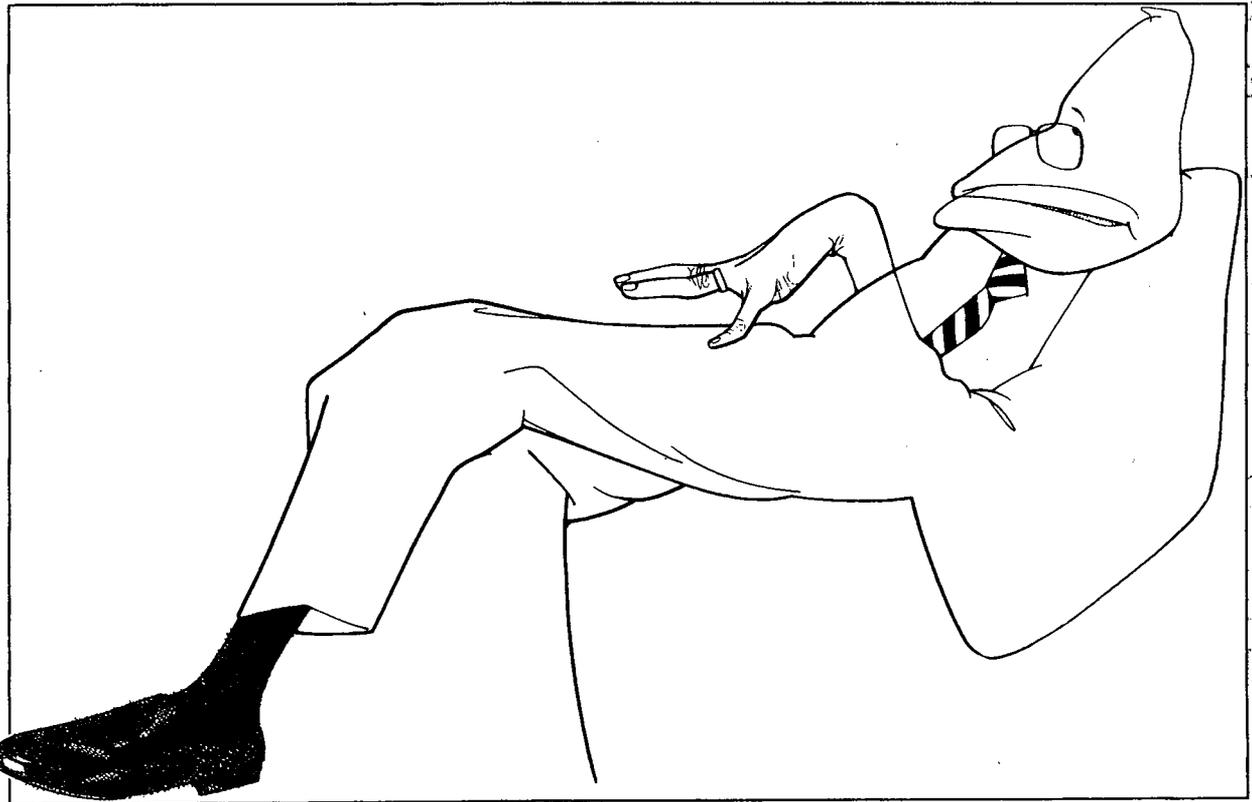
BRASÍLIA — O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), concluiu o seu trabalho com a convicção de que, se houvesse mais tempo, a lista de cassações seria bem maior. "A relação de nomes só aumentaria com as investigações", avalia. O deputado faz um balanço positivo do resultado da CPI, mas admite que houve falhas: "Não fomos competentes para investigar o envolvimento de parlamentares com a construtora Norberto Odebrecht."

O relator previu que o trabalho do senador José Paulo Bisol (PSB-RS) — um relatório à parte sobre o esquema das construtoras no Congresso — será fundamental para a CPI das Empreiteiras. Mas se decepcionou com o resultado final da subcomissão de bancos, coordenada pelo deputado Benito Gama (PFL-BA), que não apresentou novidades. "Mataram defunto", ironizou. Magalhães está investigando dois erros do relatório, envolvendo os deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Jesus Tajra (PFL-PI). Sobre o primeiro, há um precedente curioso: os documentos bancários de Aleluia, segundo o relator, foram "subtraídos" na subcomissão.

Magalhães prepara-se para viajar por dez dias para "se reciclar" e, na volta "mergulhar na revisão constitucional." O seu futuro político ainda é incerto — ou disputa com Miguel Arraes (PSB-PE) o governo de Pernambuco, numa composição com o PMDB, ou tenta uma cadeira no Senado nesta mesma aliança, tendo como cabeça de chapa o atual prefeito Jarbas Vasconcelos (PMDB). "Um de nós dois tem de fazer isso por Pernambuco", analisa. Convidado a mudar de partido, durante a CPI, Magalhães precisou recusar para se manter na relatoria, pois fora indicado pelo PFL. Confessa que não se sente confortável na legenda já que se considera um liberal, social-democrata. Queixa-se: "Estou condenado a ficar no PFL."

Estado — Houve acordo para a retirada ou a inclusão de parlamentares na lista da CPI?

Roberto Magalhães — Não sou homem de acordos. E trabalhei preocupado em não comprometer



os resultados da CPI. Qualquer acordo, qualquer negociação, poderia colocar tudo a perder.

Estado — Mas os erros no relatório induziram à impressão de que houve acerto para retirar da lista, por exemplo, o deputado José Carlos Aleluia.

Magalhães — Isso é má-fé. Sou homem de assumir minhas posições. Por exemplo, o meu parecer sobre Jesus Tajra era pela isenção. Saiu errado no computador, não sei como. Eu não admiti uma emenda para mudar. E é meu companheiro de partido. O Tajra estava na lista da Odebrecht como daqueles que ajudavam, sem receber dinheiro. Se mudássemos uma linha do relatório no dia da votação isso comprometeria todo o trabalho da CPI. Quando a investigação chegar à Mesa da Câmara, faço questão de depor a favor de Tajra.

Estado — O senhor pediu o aprofundamento das investigações sobre o grupo envolvido com a Odebrecht? Ficaram dúvidas?

Magalhães — Eu jamais cassaria com base no relatório da Odebrecht porque nós todos fracassamos aí. Não tivemos competência para provar as ligações de deputados com a empreiteira. Nós sabe-

mos que existe. Foram dois fatores: tempo e competência.

Estado — Foi então por incompetência que a CPI não cassou mais parlamentares?

Magalhães — No caso do relacionamento com a Odebrecht, sim.

Eu não pediria a cassação de Aleluia, só porque havia um intenso movimento para cassá-lo, deixando o resto de lado porque, no fundo, as posições são iguais. E são vários os citados. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), por exemplo, foi citado oito vezes no relatório, sempre com porcentual na frente do seu nome. Como cassar um e não cassar outro?

Para mim não interessa o valor da propina. Não vejo diferença entre mil ou um milhão de dólares.

Estado — Como é possível estabelecer a ligação dos parlamentares com a empreiteira?

Magalhães — Pelas contas bancárias. Mas todos os que investiguei não tinham contas irregulares. E as do Aleluia sumiram.

Estado — Sumiram como?

Magalhães — Alguém subtraiu na própria subcomissão.

Estado — No caso do deputado Aleluia qual era a recomendação?

Magalhães — No meu parecer

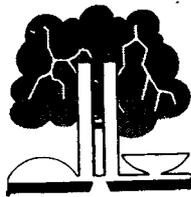
estava certo: encaminhamento para a Mesa. Cheguei a pensar que tivessem enxertado. Mas meus assessores, nos quais confio plenamente, explicaram que foi um erro de comando no computador.

Estado — O senhor acha que o trabalho foi proveitoso?

Magalhães — Sem dúvida. Investigamos nestes 93 dias as denúncias contra 73 pessoas sendo, 42 parlamentares, três governadores e 28 não parlamentares. Foi um trabalho de fôlego. No final, houve problemas, como o atraso na entrega dos subrelatórios. A subcomissão de bancos, por exemplo, entregou na quarta-feira um documento que ainda não era a última forma. Quem me entregou um trabalho completíssimo foi a subcomissão de subvenções sociais, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). A subcomissão de bancos propôs, verbalmente, porque não vi nada disso escrito, a cassação de 11 parlamentares. Todos os 11 já estavam no parecer. Eu até brinquei: vocês estão matando defunto. Aí me desinteressei de Benito.

Estado — Na lista de subvenções o senhor acrescentou o deputado Paulo Portugal. Por que?

Magalhães — O relatório da subvenções propunha cinco nomes para cassações. Eu incluí o nome de Portugal. Não sei porque todo mundo protege este rapaz. E o que ele fez, fizeram outros que estão sendo cassados. Por que ele ficaria de fora? Ele levou US\$ 1,5 milhão no espaço de três anos.



FALTOU
INVESTIGAR
LIGAÇÃO COM
EMPREITEIRA